

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
MINAS GERAIS – MPMG**

**CONCURSO PÚBLICO  
Nº 1/2022**



**Analista do Ministério Público –  
Engenharia Civil**

**Manhã**

**Tipo 1 - BRANCA**

Organizadora:



**INSTITUTO**  
CONSULPLAN

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**CARGO/ESPECIALIDADE: ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ENGENHARIA CIVIL**

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Democracia**

O conceito de democracia como “poder do povo” surgiu na Grécia antiga, aproximadamente no século V a.C. O termo *demokratia* é composto dos vocábulos *demos*, “povo”, e *kratos*, “poder”. A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população mediante eleições regulares para os cargos administrativos do país, do estado ou do município.

No entanto, o exato significado de “poder do povo” depende do período histórico e da sociedade que se tem como referência, assim como de diferenças conceituais e ideológicas. Por exemplo, ao longo da história, o atributo de cidadão já foi exclusivo de proprietários de terras, de homens brancos, de homens letrados, de homens e mulheres adultos etc.

Em nossos dias, existem diferentes concepções de democracia presentes na sociedade. Há os que defendem a ideia de democracia como algo que diz respeito apenas à esfera política (votar e ser votado, por exemplo). Outras aplicam também a áreas da vida econômica (como participar na definição do orçamento público de certa localidade), social (decidir sobre leis que tratem da vida privada, como questões ligadas à sexualidade ou à reprodução, como ocorre em relação ao aborto), cultural (opinar sobre que aparatos de cultura, como teatros e cinemas, e de lazer, por exemplo, parques e praças, serão instalados, em que quantidade e onde).

Essas diferenças indicam que as concepções de democracia sofrem influência de diferentes matizes ideológicos. Nas sociedades em que a participação popular nas decisões governamentais é significativa, o alcance da ideia de democracia perpassa as diferentes esferas da vida social. Há ainda casos de nações que pretendem impor seu sistema de democracia a outros povos, como ocorre nas intervenções armadas estadunidenses em outros países.

Quais seriam, então, as características necessárias para um governo democrático? É bastante difundida, em nossa sociedade, a ideia de que todos os indivíduos devem ter direitos e deveres iguais, quaisquer que sejam sua classe social, seu gênero, sua etnia. Mas o que parece tão óbvio é, na verdade, um dilema das sociedades contemporâneas e uma luta de diversos segmentos, que buscam reconhecimento e aceitação, bem como o atendimento de seus interesses.

O conceito de povo como coletividade que compartilha direitos e deveres considerados essenciais surgiu no período histórico denominado Idade Contemporânea (que começa com a Revolução Francesa, no fim do século XVIII). A partir do momento em que os seres humanos passam a ser vistos como juridicamente iguais é que se pode pensar em democracia, em um governo de todos, “do povo, pelo povo e para o povo”.

A democracia, no entanto, não foi o sistema político predominante na história. Desde sua formação, em Atenas, até o século XIX, poucos governos adotaram e, nos últimos séculos, a ampliação da participação popular sempre ocorreu em resposta à luta dos diferentes grupos excluídos do processo de tomada de decisão política. Portanto, ela sempre foi uma conquista das sociedades, não uma concessão das classes dominantes.

(*Sociologia em movimento. – 2ª ed. – São Paulo: Moderna, 2016. Vários autores.*)

**Questão 01**

**Em um dos trechos a seguir, pode-se observar a perspectiva do enunciador acerca do assunto referido; indique-o.**

- A) “Em nossos dias, existem diferentes concepções de democracia presentes na sociedade.” (3º§)
- B) “O conceito de democracia como ‘poder do povo’ surgiu na Grécia antiga, aproximadamente no século V a.C.” (1º§)
- C) “Por exemplo, ao longo da história, o atributo de cidadão já foi exclusivo de proprietários de terras, de homens brancos, [...]” (2º§)
- D) “Mas o que parece tão óbvio é, na verdade, um dilema das sociedades contemporâneas e uma luta de diversos segmentos, [...]” (5º§)

**Questão 02**

**A partir do efeito de sentido produzido pelas relações estabelecidas no interior da frase e, ainda, em relação ao período imediatamente anterior; pode-se afirmar que o segmento destacado a seguir: “A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população mediante eleições regulares para os cargos administrativos do país, do estado ou do município.” (1º§) apresenta:**

- A) Determinado propósito em relação ao fato expresso no período anterior.
- B) Indicação da introdução de um exemplo do conceito explorado anteriormente.
- C) Concordância conclusiva que parte de um conceito inicial e remete à aplicação prática deste.
- D) Conclusão do que seria, de fato, o conceito democrático por meio da exploração de ideias distintas.

**Questão 03**

**“Há os que defendem a ideia de democracia como algo que diz respeito apenas à esfera política (votar e ser votado, por exemplo).” (3º§) Em relação à estrutura anterior, pode-se afirmar que:**

- A) Caso a expressão “diz respeito” fosse substituída por “faz referência”, o emprego da crase seria facultativo.
- B) O verbo “haver” pode ser reconhecido como verbo impessoal podendo ser substituído pelo verbo “ter”, no uso coloquial.
- C) O vocábulo “apenas” atua como modalizador discursivo cuja carga semântica remete à ideia de exclusão versus inclusão.
- D) A forma verbal “defendem” constitui, com o verbo “haver”, uma locução verbal cuja concordância é estabelecida com o pronome que promove a manutenção do referente.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Questão 04**

Considerando o emprego dos mecanismos de coesão textual, observe as propostas de reescrita para o trecho em destaque e indique a sugestão em que a coesão foi mantida conforme observa-se no texto original.

*“A democracia é, assim, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população [...]” (1º§)*

- A) A democracia pressupondo a existência de um governo, seja direto ou indireto, da população [...]
- B) Assim, a democracia – regime político – pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população [...]
- C) Assim, a democracia como um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população [...]
- D) A democracia é, assim, um regime político. Tal regime, pressupõe a existência, indiretamente, de um governo direto da população [...]

**Questão 05**

Em relação às ideias e informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que:

- A) Tanto a economia quanto a política dependem de que a concepção de democracia esteja presente para que sejam estabelecidas em uma engrenagem social.
- B) Embora o conceito de democracia esteja diretamente relacionado à ideia de “poder do povo”, tal pressuposto mostra-se exclusivamente como uma ideia teórica.
- C) As várias concepções de democracia citadas no texto remetem ao período histórico da sociedade, sendo o fator temporalidade determinante e imprescindível para que haja tais distinções.
- D) O fato de o alcance da ideia de democracia estar relacionado a segmentos distintos constituintes da sociedade permite reconhecer a proporcionalidade quanto ao nível de envolvimento da população em questões específicas.

**Questão 06**

De acordo com o emprego no 4º§ do determinante “Essas” e sua função discursivo-textual, pode-se afirmar que tal vocábulo:

- A) Informa a relação com a pessoa do discurso.
- B) Estabelece uma relação de vínculo com as pessoas do discurso.
- C) Indica que o termo designado possui referente já introduzido no texto.
- D) Atribui relevância específica ao termo “diferenças” em relação ao enunciado.

**Questão 07**

A expressão empregada para introduzir o 2º§ do texto indica:

- A) Anulação das ideias expostas no parágrafo anterior.
- B) Relação de concessão mediante o conceito de democracia apresentado.
- C) Um nível maior de importância das informações e ideias expressas no 1º parágrafo sobre as do 2º parágrafo.
- D) Expressão de uma ressalva mediante o exposto anteriormente em relação à circunstância expressa no parágrafo.

**Questão 08**

Pode-se inferir que o 5º§ é introduzido por um questionamento que:

- A) Apresenta uma resposta que denota a perspectiva do enunciador.
- B) Atua como recurso de expressão retórica, promovendo a reflexão sobre o assunto.
- C) Tem como objetivo a obtenção de uma resposta de acordo com as reflexões propostas.
- D) Reforça as críticas feitas anteriormente às questões políticas, econômicas e sociais relacionadas à democracia.

**Questão 09**

A expressão destacada a seguir em: “em um governo de todos, ‘do povo, pelo povo e para o povo’.” apresenta concepções diferentes de acordo com o efeito produzido pelos conectivos que antecedem o substantivo “povo”. Assinale, a seguir, a alternativa que apresenta o sentido correto para cada uma delas, sequencialmente conforme apresentam-se no enunciado.

- A) Origem; destinação; propósito.
- B) Condição; elemento partitivo; modo.
- C) Prerrogativa; indicação do agente; finalidade.
- D) Relação com o assunto; meio; em benefício de.

**Questão 10**

Considerando a aplicação da norma padrão da língua, assinale a afirmativa correta.

- A) Em substituição a “Outras a aplicam [...]” (3º§), estaria correta a proposta da seguinte redação: “Outras aplicam-lhe [...]”, sendo preservado o mesmo nível de formalidade do trecho original.
- B) Em “Há os que defendem a ideia de democracia [...]” (3º§), se em lugar da expressão “ideia de democracia” houvesse apenas “democracia”, o “a” antecedente, obrigatoriamente, seria craseado.
- C) Em “[...] questões ligadas à sexualidade ou à reprodução, como ocorre em relação ao aborto [...]” (3º§), pode-se assegurar que os três termos destacados apresentam equivalência morfológica.
- D) Em “Outras a aplicam também a áreas da vida econômica [...]” (3º§), os termos destacados são equivalentes quanto ao significado; assim o primeiro “a” poderia ser omitido conferindo maior objetividade ao segmento.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA E ÉTICA**

**Questão 11**

“Existem diferenças intrínsecas entre empreendimentos públicos e empreendimentos privados. Essas diferenças devem ser de pleno conhecimento do servidor público, tanto na etapa de idealização quanto na implantação de escritórios de projeto, formação de equipes e execução de projetos. As esferas de governo federal, estadual e municipal são formadas por inúmeros órgãos, segmentos e pessoas (que não somente os agentes públicos); esses atores nem sempre compartilham os mesmos objetivos e, menos ainda, concordam na forma de gestão para alcançá-los.” São peculiaridades inerentes à administração pública que o servidor deve considerar quando da idealização e gestão de projetos, EXCETO:

- A) Existências de diferentes órgãos de controle nas diversas esferas de governo.
- B) Obediência a leis e normativos infralegais que regulam as contratações públicas.
- C) Obrigatoriedade de os recursos financeiros já terem sido devidamente recolhidos aos cofres públicos.
- D) Exigência de prestação de contas à sociedade em virtude do princípio da transparência e *accountability*.

**Questão 12**

**Sobre gestão de projetos, analise as afirmativas a seguir.**

- I. A forma de gerir os serviços públicos é diferente da adotada no setor privado em virtude de peculiaridades estruturais. Destaca-se que o setor privado é constituído por pessoas (físicas ou jurídicas) que envidam esforços na produção de bens e serviços, os quais trocam por valores monetários que permitem sua sobrevivência. Esse fato justifica os esforços na busca pela eficiência, tendo a lucratividade como objetivo a ser perseguido. No setor público, o objetivo não é o lucro, mas, sim, primordialmente, atender às necessidades da sociedade que, via de regra, é patrocinadora dos meios, via tributos a ela aplicados.
- II. Para um gerenciamento de projetos ser minimamente viável, no planejamento devem ser definidos, de maneira clara e detalhada, o objetivo que se pretende atingir, que entregas serão feitas e em qual prazo, quais atividades a cumprir, quais recursos serão empregados e de onde eles virão.
- III. Um projeto deve ter um líder, denominado “gerente do projeto”. Ele deve ser, obrigatoriamente, um gerente funcional da estrutura burocrática, o que fatalmente se constituirá em considerável desafio e limitações decorrentes das características próprias da gestão de projetos, essencialmente flexíveis e dinâmicas, em contraste com processos altamente normatizados e hierarquizados da administração pública.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.

**Questão 13**

**Leia atentamente o excerto a seguir.**

“Atualmente existem inúmeros projetos em andamento no Brasil, decorrentes do que se denomina programas de governo. Os programas, em tese, são selecionados a partir das necessidades da sociedade e contemplados nos Planos Plurianuais dos entes federativos, cujos órgãos executores tratam de elaborar os projetos preliminares, algumas vezes carentes de especificações e conhecimentos técnicos mais profundos. São essas carências na elaboração dos projetos que, após as licitações, ensejarão ajustes nos cronogramas físico-financeiros, gerando atrasos por falta de especificações técnicas, falta de materiais e equipamentos, falta de licenças legais e ambientais, extrapolação orçamentária e, ainda, falhas decorrentes da descentralização de recursos orçamentários entre União, Estados e Municípios, não devidamente consultados ou informados dos projetos, dentre outras causas possíveis.”

**São considerados fatores que podem impactar positivamente a gestão de projetos na administração pública:**

- A) Falha na averiguação de registro de propriedade de imóveis públicos antes do processo licitatório.
- B) Existência de metodologia para elaboração e gestão de projetos integrados com ações de engenharia, ações sociais e ações ambientais.
- C) Inexistência de recursos por parte de um ou mais entes federativos para contratação e elaboração de planos e projetos integrados.
- D) Existência de normas de regularidade fiscal que impedem o repasse de recursos a alguns municípios carentes, em débito com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Questão 14**

**Considerando que o PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) é um método iterativo de gestão utilizado para o controle e a melhoria contínua de processos e produtos, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) As atividades de gestão de processos buscam, também, o estabelecimento de objetivos e metas, se tornando desnecessário o uso de indicadores.
- B) Aspecto importante da abordagem de processo é a percepção da visão do cliente. O cliente (no caso da administração pública, o cidadão) não enxerga uma atividade do processo, mas enxerga o produto ou serviço gerado pelo processo, que é o que atende efetivamente sua necessidade.
- C) Uma boa gestão de processos afeta positivamente todos os setores de uma organização, uma vez que busca a contínua melhoria das atividades, o atendimento efetivo das expectativas e necessidades dos clientes, facilita a administração do trabalho por parte dos gestores e possibilita a gestão do conhecimento.
- D) Para uma organização ser eficaz e eficiente, ela tem que identificar e gerenciar inúmeras atividades interligadas. Uma atividade que usa recursos e que é gerenciada de forma a possibilitar transformação de entradas em saídas é considerada um processo. Regra geral, a saída de um processo é a entrada para o processo seguinte.



**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Questão 15**

O Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos – Guia PMBOK (2008) do *Project Management Institute* – PMI, assim define projeto: “é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. A sua natureza temporária indica um início e um término definidos. O término é alcançado quando os objetivos tiverem sido atingidos ou quando se concluir que eles não serão ou não poderão ser atingidos e o projeto for encerrado, ou quando não for mais necessário”. O PMBOK (2008) estabelece nove áreas de conhecimento em gerenciamento de projetos definidas em termos dos processos que compõem suas práticas, entradas, saídas, ferramentas e técnicas. Sobre as áreas de conhecimento em gerenciamento de projetos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Gerenciamento de escopo: processo de assegurar que o projeto inclui todo o trabalho necessário, e apenas o trabalho necessário para terminar o projeto com sucesso.
- B) Gerenciamento de comunicação: processos necessários para assegurar que as informações do projeto sejam geradas, coletadas, distribuídas, armazenadas, recuperadas e organizadas apropriadamente.
- C) Gerenciamento de riscos: processos de planejamento, identificação, análise, planos de contingência e monitoramento, visando aumentar a probabilidade dos eventos positivos e minimizar o impacto dos eventos negativos no projeto.
- D) Gerenciamento de recursos humanos: processos que integram os diversos elementos do gerenciamento de projetos, que são identificados, definidos, combinados, unificados e coordenados dentro dos grupos de processos de gerenciamento de projetos.

**LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL**

**Questão 16**

Gertrudes, Oficiala do Ministério Público, foi notificada acerca da apuração de irregularidades que teria cometido no exercício de suas funções. O inquérito administrativo narra que Gertrudes teria incorrido em duas proibições, a saber: (i) inobservância do dever de assiduidade e (ii) ter criticado certos atos da administração pública, em trabalho por ela assinado, sob o ponto de vista da organização do serviço e com caráter doutrinário. Considerando tal caso hipotético e de acordo com a Lei Estadual nº 869/1952, é correto afirmar que:

- A) Sendo imposta a penalidade de suspensão, esta prescreverá no prazo de cinco anos.
- B) A segunda proibição imputada a Gertrudes não encontra respaldo na referida lei estadual.
- C) Caso a penalidade a ser imposta a Gertrudes seja de demissão, esta poderá decorrer das conclusões a que chegar o inquérito administrativo, sendo dispensada a instauração de processo administrativo propriamente dito.
- D) O inquérito e o processo administrativo são procedimentos que correm de forma unilateral na administração pública, sendo permitido a Gertrudes se manifestar a partir da publicação da decisão do processo em que se impôs a penalidade.

**Questão 17**

De acordo com a Lei Estadual nº 869/1952, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pedro, empossado em razão de concurso público, não satisfaz as condições de estágio probatório. Neste caso, a demissão de Pedro é medida que se impõe.
- II. Nilo reingressou no serviço público, com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento, em razão de sentença judiciária passada em julgado. Nilo se enquadra na hipótese de reversão.
- III. Cristiano sofreu perda da capacidade funcional decorrente da modificação de seu estado físico, não justificando a aposentadoria. Cristiano, assim, deverá passar por reintegração.

**Após análise dos itens, conclui-se que:**

- A) Uma assertiva está incorreta.
- B) Duas assertivas estão incorretas.
- C) Todas as assertivas estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão incorretas.

**Questão 18**

**Analise as descrições de órgãos integrantes do Ministério Público de Minas Gerais a seguir.**

- I. Será exercida por Procurador de Justiça ou Promotor de Justiça em atividade, com mais de cinco anos de carreira e escolhido livremente pelo Procurador-Geral de Justiça, cabendo-lhe, entre outras atribuições que lhe forem conferidas por ato normativo, a organização dos expedientes administrativos encaminhados à chefia da instituição.
- II. Entre outras atribuições previstas em regulamento, ao órgão incumbe realizar encontros locais e regionais e ciclos de estudo e pesquisa entre membros das Procuradorias e Promotorias de Justiça.
- III. Compete-lhe estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns.

**Considerando as assertivas, assinale a associação correta das definições apontadas, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público.**

- A) I. Conselho Superior do Ministério Público II. Central de Apoio Técnico III. Secretaria-Geral
- B) I. Corregedoria-Geral do Ministério Público II. Secretaria-Geral III. Centros de Apoio Operacional
- C) I. Secretaria-Geral II. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional III. Centros de Apoio Operacional
- D) I. Gabinete do Procurador-Geral de Justiça II. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional III. Central de Apoio Técnico

**Questão 19**

**A respeito da organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), consoante previsão do Título II de sua Lei Orgânica, é correto afirmar que:**

- A) A Corregedoria-Geral do Ministério Público é órgão de execução do MPMG.
- B) O Colégio de Procuradores de Justiça é considerado órgão auxiliar do MPMG.
- C) Os Grupos Especiais de Atuação Funcional são órgãos de administração do MPMG.
- D) A Ouvidoria do Ministério Público é um órgão de administração superior do MPMG.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Questão 20**

Tendo em vista as disposições encontradas na Lei Orgânica do Ministério Público, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) As contas do Ministério Público serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos termos da Constituição Estadual.
- ( ) As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa ou financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional dos Poderes Judiciário e Legislativo.
- ( ) É de competência do Conselho Superior do Ministério Público representar ao Poder Legislativo para a destituição do Procurador-Geral de Justiça.
- ( ) O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Governador dentre os membros do Ministério Público do Estado com no mínimo dez anos de serviço na carreira, indicados em lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

**A sequência está correta em**

- A) F, F, V, F.
- B) V, V, V, V.
- C) V, V, F, V.
- D) F, F, F, F.

**NOÇÕES DE DIREITO**

**Questão 21**

**O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo seus princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. Em relação à legitimidade do Ministério Público, é correto afirmar que:**

- A) O Ministério Público tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao FGTS.
- B) O Ministério Público de Contas tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.
- C) O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública com o objetivo de anular Termo de Acordo de Regime Especial firmado entre o Poder Público e contribuinte.
- D) Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal não têm legitimidade para propor recursos de decisões judiciais em trâmite no STF e no STJ, oriundos de processos de suas atribuições; sendo esta atuação privativa do Ministério Público Federal.

**Questão 22**

**O Estado nomeou substituto para o exercício de função delegada de titular de serventia extrajudicial por motivo de vacância, sendo tal nomeação feita a título precário. Pretende o nomeado que a ele não se aplique o teto remuneratório previsto no Art. 37 XI da CF, a saber:**

Art. 37... XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

**Fundamenta sua pretensão no princípio da isonomia, já que os titulares de tais serventias não estão limitados, em suas remunerações, ao teto constitucional; a pretensão do nomeado deve ser:**

- A) Desacolhida, porque notários e registradores exercem atividade estatal; são titulares de cargo público efetivo, se sujeitando, portanto, ao regime jurídico dos servidores estatutários.
- B) Acolhida, sendo evidente que quem exerce a mesma função e tem as mesmas responsabilidades deve poder obter de seu trabalho a mesma remuneração, não sendo relevante a questão do ingresso na atividade através de concurso público.
- C) Acolhida, já que o fato de se encontrar vaga a serventia não desnatura o caráter privado dos serviços prestados na interinidade e que de maneira alguma essa circunstância torna o substituto um preposto do Estado, podendo usufruir de remuneração compatível com os ganhos na atividade.
- D) Desacolhida, já que, na hipótese, não se aplica o princípio da isonomia, dado não serem comparáveis as situações do notário concursado, o qual assume serventia extrajudicial após ter se submetido a certame público, assumindo os riscos de sua atividade e do substituto, que, na ausência do titular, responde de forma precária e temporária como interino, sem, contudo, ter se submetido a certame público.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Questão 23**

Em um município do país, determinada Lei Orgânica estabeleceu vedação, em todas as instituições municipais de ensino, de adoção e divulgação dos termos “gênero” e/ou “orientação sexual”, em sala de aula, ou em atividades culturais dentro da escola. A lei em comento é:

- A) Illegal, malferindo a competência exclusiva da União para legislar sobre as diretrizes da educação nacional.
- B) Constitucional e Legal, uma vez que a educação é dever das famílias e do Estado e visa à proteção integral dos infantes.
- C) Constitucional, uma vez que o Município tem competência complementar em tema de educação, adaptando-a à realidade local.
- D) Inconstitucional, por ofender o princípio da isonomia, reduzindo o campo de ensino e aprendizado dos alunos da rede municipal.

**Questão 24**

Analise as afirmativas a seguir; marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) A contratação de pessoal efetivo pela administração pública, sem a observância das normas referentes à indispensabilidade da prévia aprovação em concurso público, culmina na nulidade do ato de admissão.
- ( ) A publicação na rede mundial de computadores do nome do servidor público com seu respectivo salário não encontra apoio quer na legislação infraconstitucional, quer na constitucional, ofendendo o direito de privacidade.
- ( ) É possível, à administração pública, inclusive em estágio probatório, estabelecer critérios alternativos para o regular exercício dos deveres funcionais inerentes a cargos públicos em face de servidores que invocam escusa de consciência por motivos de crença religiosa.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, V, V.
- C) V, F, V.
- D) F, F, F.

**Questão 25**

A intervenção dos poderes públicos na liberdade de exercício de atividade, ofício ou profissão deve sempre manter correspondência com o objetivo de proteger a coletividade contra possíveis riscos indesejados da própria prática profissional. Considerando o afirmado, assinale a afirmativa correta, que completa o sentido do enunciado.

- A) Inviável a limitação do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais, conforme normativa constitucional de eficácia plena.
- B) A restrição ao exercício profissional, em qualquer circunstância, representa aplicação limitadora de direito fundamental, sendo incompatível com o arcabouço constitucional.
- C) As limitações ao livre exercício das profissões serão legítimas somente quando o inadequado exercício de determinada prática representar risco de dano aos participantes da atividade desenvolvida.

- D) As incompatibilidades impostas ao exercício da advocacia para servidores do Judiciário e do Ministério Público são consentâneas com o papel conformador atribuído ao legislador em matéria de liberdade de exercício profissional.

**Questão 26**

Maria, Viviane e Vitória, estudantes, travaram discussão durante uma aula de Direito Constitucional com relação à correta classificação das seguintes normas segundo a sua eficácia, de acordo com a doutrina majoritária:

- I. Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- II. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- III. A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.

Maria respondeu que a classificação correta dos itens, sucessivamente, seria contida, plena e limitada. Viviane, por sua vez, disse que o correto seria plena, contida e limitada. Vitória, por fim, afirmou que a classificação certa é limitada, contida e plena. Tendo em vista as informações apresentadas, conclui-se que:

- A) As três estudantes estão equivocadas.
- B) Maria está correta em sua classificação.
- C) Vitória está correta em sua classificação.
- D) Viviane está correta em sua classificação.

**Questão 27**

A respeito da matéria afeta aos contratos administrativos, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. O instrumento de contrato nem sempre é obrigatório, havendo hipóteses em que a administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
- II. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a dez mil reais.
- III. O contratado terá direito à extinção do contrato, dentre outras hipóteses, no caso de atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos, ou de parcelas de pagamentos devidos pela administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Questão 28**

Salete, analista do Ministério Público, foi encarregada de analisar a condução de determinado processo administrativo conforme a Lei Estadual nº 14.184/2002. Segundo os ditames de tal diploma legal, é correto afirmar que Salete deverá observar as seguintes regras, EXCETO:

- A) É vedada a recusa imotivada de requerimento ou documento, e é dever do servidor orientar o interessado para a correção de falha.
- B) Quando o interessado declarar que fato ou dado estão registrados em documento existente em repartição da própria administração, deve esta, de ofício, diligenciar para a obtenção do documento ou de sua cópia.
- C) Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo terá prosseguimento e será decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilização de quem se omitiu no atendimento.
- D) Só será exigido reconhecimento de firma por imposição legal ou em caso de dúvida sobre a autenticidade do documento e a autenticação de cópia de documento pode ser feita por funcionário do órgão em que tramitar o processo.

**Questão 29**

No que tange aos atos e poderes administrativos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Atos ablatórios ou ablativos são aqueles que restringem direitos do administrado, tal qual ocorre na cassação de uma licença.
- II. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- III. O instrumento disponibilizado à administração pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos traduz a essência de seu poder de polícia.

Assinale a alternativa correta.

- A) Uma assertiva está correta.
- B) Duas assertivas estão corretas.
- C) Três assertivas estão corretas.
- D) Todas as assertivas estão corretas.

**Questão 30**

Nos termos da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, é correto afirmar que:

- A) Os dirigentes ou administradores da pessoa jurídica somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.
- B) É indelegável a competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica.
- C) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica deve ser conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por, no mínimo, 3 (três) servidores estáveis.

- D) A existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica afasta a aplicação de penalidade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Questão 31**

Uma PCH (Pequena Central Hidrelétrica), com capacidade de geração de energia de 10,83 MW, decidiu se instalar na cidade Delta; entretanto, verificou-se que para a viabilidade operacional também seria necessária a implantação de barragem com capacidade proporcional de geração de energia da PCH, suas respectivas linhas de transmissão com capacidade de 250KV e, enfim, promover a melhoria da estrada rural existente de acesso ao complexo de geração de energia que possui uma via. De acordo com a Resolução CONAMA nº 001/1986, analise a seguir as ações que dependem de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

- I. PCH de 10,83 MW.
- II. Barragem para fins hidrelétricos de 10,83 MW.
- III. Linhas de transmissão de energia elétrica com 250 KV.
- IV. Melhoria da estrada rural existente de acesso ao complexo com uma faixa de rolamento.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

**Questão 32**

Uma obra de infraestrutura está em andamento no município Ômega; em razão de fatos supervenientes e imprevisíveis ao contrato, os técnicos da administração pública se viram obrigados, após quinze meses de contrato, a realizar uma reprogramação dos quantitativos previstos para garantir o bom andamento das obras e, por consequência, o cumprimento da meta física definida. Entretanto, após o décimo segundo mês, conforme previsão contratual, houve o apostilamento do reajustamento contratual de 12%. Diante dessas considerações e, ainda, sabendo que o aditivo contratual estará dentro dos limites máximos estabelecidos pela lei, tanto para acréscimo quanto para decréscimo, indique, respectivamente, quais são os valores máximos admitidos para acréscimo e decréscimo, considerando o reajuste de 12%.

- A) 13% e 25%.
- B) 13% e 13%.
- C) 25% e 25%.
- D) 25% e 03%.



**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Questão 33**

Considerando que a parceria público-privada trata-se do contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa e, ainda, observando a Lei nº 11.079/2004, analise as afirmativas a seguir.

- I. Eficiência no cumprimento das missões dos empresários no emprego dos recursos da sociedade.
- II. Responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias.
- III. Absorção do risco pelo investidor privado.
- IV. Respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução.

São diretrizes que deverão ser observadas na consolidação dessa contratação apenas o que se afirma em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

**Questão 34**

A Comissão Permanente de Licitação, nomeada através de Decreto Municipal, fora escalada para fazer Tomada de Preços nº 3.567/2022, que tem como objeto a contratação de empresa para fazer a sondagem SPT para dimensionamento de fundação no valor de R\$ 330.890,00, a fim de determinar características do solo em um terreno, no qual se realizará construção de uma creche. Contudo, todos os participantes tiveram as suas propostas desclassificadas por não incluir o seguinte texto “Declaro(amos) para os devidos fins e efeitos legais, sob as penalidades cabíveis, que o preço oferecido para o item acima engloba todas as despesas de transporte, impostos, seguro e total responsabilidade pelas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os encargos que incidirem ou venham a incidir sobre o objeto”; que exigia no instrumento convocatório, restando a licitação fracassada. Sabendo da grande necessidade e urgência para a construção da creche, a CPL, após a sessão da Tomada de Preços, declarou o processo fracassado, revogando-o e passando a demanda para que a autoridade competente fizesse contratação direta. Dessa forma, é possível afirmar que a CPL:

- A) Agiu sabidamente, pois pode ser realizada a contratação direta com justificativa em licitação fracassada.
- B) Não agiu corretamente, pois não pode ser realizada a contratação direta com justificativa em licitação fracassada.
- C) Agiu corretamente, pois, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, pode ser realizada a contratação direta para obras e serviços de engenharia de valor até 10% do limite previsto para Carta Convite, sendo o caso.
- D) Não agiu corretamente, visto ser irregular a contratação direta com base em licitação fracassada sem que antes tenha concedido o prazo de oito dias úteis, para que as participantes apresentem nova proposta.

**Questão 35**

Determinado servidor público da Prefeitura Municipal Beta, lotado na Coordenação do Setor de Compras, valendo-se de seu cargo, observou que a empresa que o seu amigo utilizava uniforme estava com Ata de Registro de Preços vigente em uma Autarquia deste Município, solicitando adesão a ela. Porém, antes de formalizar o processo, já havia acordado com o amigo a entrega dos produtos, considerando o baixo estoque do almoxarifado. No entanto, contatou-se que a empresa não era do seu amigo e, sim, da mãe dele. Para infortúnio dos envolvidos, ela, Microempreendedora Individual (MEI), faleceu antes de assinar os documentos necessários para a contratação, não deixando sequer uma procuração para o filho. Impossibilitado de receber o pagamento dos produtos entregues, ele ingressou com o pedido de reconhecimento de dívida, ensejando a abertura de Processo Administrativo Disciplinar contra o servidor efetivo. De acordo com a Nova Lei de Licitações, se os seguintes princípios tivessem sido observados não teria ensejado abertura de Processo Administrativo Disciplinar contra o servidor, EXCETO:

- A) Moralidade.
- B) Planejamento.
- C) Impessoalidade.
- D) Segregação de Funções.

**Questão 36**

Certo município abriu procedimento licitatório na modalidade concorrência, que tem como um dos critérios de habilitação técnico-operacional, “atestado de capacidade emitido por pessoa jurídica de direito privado ou por órgão da administração direta ou indireta da União, dos Estados ou dos Municípios, demonstrando aptidão para desempenho de atividades pertinentes com o objeto desta licitação”; porém, a Alfa Empreendimentos ME Ltda, interessada em participar do certame, anexou acervo técnico da pessoa física do sócio-proprietário e prova de regularidade com a fazenda municipal positiva com efeito de negativa vencida, sendo que a exigência era de “prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos do domicílio ou sede da licitante”. Podemos afirmar que a Comissão Permanente de Licitação deverá:

- A) Habilitar a proponente, tendo em vista ter sido apresentado atestado do sócio-proprietário, aquele que tem relação direta com a empresa, podendo ser substituído.
- B) Inabilitar a proponente, tendo em vista que não se admite a transferência do acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica, para fins de comprovação de qualificação técnica.
- C) Habilitar a proponente, tendo em vista que se admite a transferência do acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica, para fins de comprovação de qualificação técnica.
- D) Inabilitar a proponente, mesmo que a lei permita a transferência de acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica para fins de qualificação técnica, visto que ela apresenta certidão positiva de débitos municipais.

CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Questão 37**

Determinado município, vítima de inúmeros alagamentos em épocas de chuva, fez apenas um procedimento licitatório, com critério de julgamento por lote para sanar as cheias, sendo composto de cinco lotes. O processo de licitação teve como data-base de janeiro; no entanto, sua abertura foi em fevereiro. Porém, pelo fato de ser uma cidade pequena, a Administração Municipal resolveu que não iria iniciar as obras de uma única vez; com isso, os contratos seriam assinados de acordo com a finalização de cada lote. Considere que tal informação não ficou evidente no instrumento convocatório. Após o certame, ficou destinado que os lotes 01 e 02 tivessem os seus contratos elaborados e assinados em março; lote 03 em agosto; lote 04 em setembro; e, lote 05 apenas em janeiro do próximo ano. É possível afirmar que a empresa vencedora do lote 05:

- A) Não poderá decidir pela não assinatura do contrato; tendo em vista ter se vinculado com a apresentação de sua proposta.
- B) Está com a proposta apresentada para o lote 05 vencida; dessa forma, município deverá fazer novo procedimento licitatório.
- C) Decidir se deseja ou não assinar o contrato, considerando estar liberada dos compromissos assumidos, além de obter o direito a reajuste.
- D) Assinar o contrato em janeiro sem o pedido reajuste; porém, não poderá executar a ordem de início enquanto não for concedido reajuste com base no princípio da vinculação ao edital.

**Questão 38**

A ABNT NBR 12284:1991 define canteiro de obras como área destinada à execução e apoio dos trabalhos da indústria da construção, sendo subdividido em áreas operacionais e áreas de vivência. O planejamento de um canteiro de obras pode ser definido como o planejamento do *layout* e da logística das suas instalações provisórias, instalações de segurança e sistema de movimentação e armazenamento de materiais. O processo de planejamento do canteiro visa a obter a melhor utilização do espaço físico disponível, de forma a possibilitar que homens e máquinas trabalhem com segurança e eficiência, principalmente através da minimização das movimentações de materiais, componentes e mão de obra. O dimensionamento do canteiro compreende o estudo geral do volume da obra, o tempo de obra e a distância de centros urbanos. Considerando a divisão desse estudo, analise as afirmativas a seguir.

- I. Área disponível para as instalações.
- II. Número de empregados e empresas empreiteiras previstas.
- III. Verificar os afastamentos da obra, em relação às divisas do terreno.
- IV. Serviços a serem executados e prazos a serem atendidos.
- V. Materiais a serem utilizados.
- VI. Máquinas e equipamentos necessários.

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III, IV, V e VI.
- B) I, II, IV e V, apenas.
- C) I, III, VI e V, apenas.
- D) I, II, IV, V e VI, apenas.

**Questão 39**

Em um projeto estrutural de uma laje maciça em concreto armado, foi designado o uso de barras de 8,0 mm de aço CA50 com espaçamento de 10 cm ( $\phi 8$  c. 10). Durante a execução, optou-se por trocar a ferragem para uma bitola maior, 10 mm, por estar sobrando no canteiro devido a erros na compra de material. Determine o quantitativo de barras e o espaçamento por metro linear de laje, com esse novo diâmetro de barra ( $\phi 10$ ).

- A) 7  $\phi 10$  c. 15.
- B) 6  $\phi 10$  c. 14.
- C) 6  $\phi 10$  c. 17.
- D) 10  $\phi 10$  c. 10.

**Questão 40**

Uma obra exige 80 m<sup>3</sup> de concreto para concretagem de determinado pavimento. Para a execução, utilizou-se um concreto com traço em massa de 1: 2: 2 com fator a/c de 0,5. As massas específicas reais dos materiais, em Kg/dm<sup>3</sup>, são:

Cimento CP32	3,15
Areia	2,60
Brita 1	2,70

Determine o quantitativo de sacos de cimento (50 kg), em valores aproximados, necessários para essa concretagem, considerando o número de vazios nulo para o concreto fresco.

- A) 186 sacos.
- B) 322 sacos.
- C) 548 sacos.
- D) 688 sacos.

**Questão 41**

Em relação às fundações profundas do tipo estaca, analise as afirmativas a seguir.

- I. As estacas prensadas (mega ou de reação) são moldadas *in loco* por meio da injeção de concreto num molde metálico (camisa), que é cravado no solo.
- II. As estacas tipo hélice contínua são moldadas *in loco* por meio de um trado helicoidal contínuo e injeção do concreto pela haste de forma simultânea a sua remoção.
- III. As estacas tipo *Strauss* e *Franki* se realizam pelo processo de apiloamento.
- IV. As estacas metálicas são pré-moldadas; portanto, não são confeccionadas *in loco*.
- V. As estacas escavadas são confeccionadas *in loco* através de um trado helicoidal contínuo e injeção de concreto pela haste.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) II e V.
- B) I, II e V.
- C) II, III e IV.
- D) I, III, VI e V.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Questão 42**

A execução de uma obra exige planejamento de tempo e recursos para garantir atendimento pleno do que foi requerido pelo cliente e projetado pela equipe técnica. Para a programação correta de tempo e recursos, devem ser incluídos em seus objetivos não somente o prazo global da obra, data de início e de término, mas, principalmente, os prazos parciais, que determinam como será a obra executada ao longo do tempo com relação aos seus serviços e etapas construtivas, para que se possa programar as compras, os desembolsos etc. Na elaboração dos cronogramas, é fundamental considerar que muito existe de comum entre cronograma físico e financeiro, ao ponto de se unirem os dois sob a única denominação de cronograma físico-financeiro. A construção de um hospital no município X foi orçada em R\$ 6.000.000,00 para ser executada em dez meses. Para tanto, a obra foi dividida em dez grupos de atividades, conforme indicado no quadro a seguir:

Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										

As atividades 1 a 4 correspondem a 15% cada, do montante a ser recebido; as atividades 5 e 6 correspondem a 5% cada; para a sétima atividade deve ser pago 12% do montante e para as atividades 8, 9 e 10, respectivamente, 6%, 4% e 8%. Para construir um cronograma físico-financeiro para as atividades propostas, podemos afirmar que

- A) no quarto mês, desembolsará R\$ 1.350.000,00 (22,5%) do montante da obra.
- B) até o quarto mês, desembolsará R\$ 3.300.000,00 (55%) do montante da obra.
- C) até o quinto mês, desembolsará R\$ 4.440.000,00 (74%) do montante da obra.
- D) no terceiro mês, desembolsará R\$ 2.250.000,00 (37,5%) do montante da obra.

**Questão 43**

A tabela a seguir foi apresentada como composição unitária para elaboração de 1,0 m<sup>2</sup> de muro em alvenaria:

Material / mão de obra	Consumo	Valor Unitário
Pedreiro	0,5 h / m <sup>2</sup>	R\$ 20,00 / h
Ajudante	0,8 h / m <sup>2</sup>	R\$ 8,00 / h
Cimento	0,05 sacos / m <sup>2</sup>	R\$ 35,00 / saco
Cal Hidratada	0,15 sacos / m <sup>2</sup>	R\$ 15,00 /saco
Areia	0,025 m <sup>3</sup> / m <sup>2</sup>	R\$ 50,00 / m <sup>3</sup>
Tijolo	8 unidades / m <sup>2</sup>	R\$ 100,00 (milheiro)

Qual o custo estimado para a construção de um muro para cercar todo um terreno de 25 m x 75 m, com 2,0 m de altura?

- A) R\$ 8.000,00
- B) R\$ 8.980,00
- C) R\$ 9.800,00
- D) R\$ 10.000,00

**Questão 44**

O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, denominado SINAPI, foi implementado em 1969, pelo Banco Nacional de Habitação, o BNH, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. De acordo com o SINAPI, a formação do preço de uma obra depende da correta estimativa de custos e despesas e da definição da margem de lucro que se espera auferir ao final do contrato. Com relação ao BDI, a estimativa dos componentes é obtida por meio de cálculos que levam em conta características da obra, do contrato, da empresa contratada e da tributação incidente. São despesas relacionadas no computo do BDI, EXCETO:

- A) Tributos.
- B) Custo com RH.
- C) Despesas financeiras.
- D) Despesas com administração central.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Questão 45**

Elaborar orçamento é proceder o levantamento de custos/preços para estimar o custo de um empreendimento, devendo ser elaborado antes da execução da obra. Os orçamentos têm finalidades diversas e, por isso mesmo, suas características são diversificadas, dependendo do fim a que se propõem. Assim sendo, os orçamentos podem ser classificados segundo dois critérios: grau de precisão e nível de detalhamento dos dados apresentados nas planilhas. Em relação aos orçamentos, relacione adequadamente as colunas a seguir.

- I. Sintéticos.
  - II. Baseados na NBR 12721:2006.
  - III. Pelo custo dos itens principais.
  - IV. Precisos.
  - V. Estimados pelo CUB.
  - VI. Analíticos.
- A.** É uma metodologia simplificada que se dispõe para o cálculo aproximado dos custos de obras. O custo global é o resultado do produto da área total a construir pelo custo de m<sup>2</sup> de obra pronta. A área total é definida pelo projeto de arquitetura, em qualquer fase em que ele se encontrar, e o custo unitário básico de construção é fornecido por diversas fontes, entre elas o boletim mensal do SINDUSCON.
- B.** Leva em consideração que as obras não são constituídas por partes com o mesmo padrão de acabamento. A área total, então, será a soma das áreas tomadas como padrão com as áreas calculadas como equivalentes à padrão.
- C.** São aqueles cujas planilhas não se preocupam em fornecer subsídios para análises detalhadas dos custos/preços, sendo apenas compostas da relação das etapas construtivas e seus respectivos custos/preços.
- D.** São aqueles cujas planilhas contam de documentos mais detalhados, com a finalidade de se poder avaliar os impactos no custo devido às especificações técnicas e/ou projetos. Apresentam dados como as etapas construtivas e seus custos/preços e, ainda, todos os serviços componentes de cada etapa, suas unidades de referência, seus quantitativos, seus custos/preços unitários e os totais, podendo, também, conter a inclusão das composições unitárias dos serviços.
- E.** Computa-se primeiramente uma listagem dos que são considerados os itens mais representativos no custo global da obra, sendo o custo total da obra o somatório dos custos estimado pelo CUB.
- F.** Computam todos os custos unitários, parciais e totais de uma obra tendo por base o projeto executivo. As composições unitárias de serviços mostram os serviços com todos os seus insumos, ou seja, os materiais, a mão de obra e os encargos sociais gerados.

**Considerando classes de orçamento, assinale a associação correta.**

- A) I.C; II.B; III.E; IV.F; V.A; VI.D.
- B) I.C; II.D; III.F; IV.A; V.E; VI.B.
- C) I.A; II.B; III.C; IV.D; V.E; VI.F.
- D) I.F; II.E; III.D; IV.C; V.B; VI.A.

**Questão 46**

Uma obra foi paralisada pelo fiscal, pois foi verificada a presença de ninhos de concretagem e desagregação do concreto nos pilares no momento da medição. Avaliando a situação, o fiscal solicitou um parecer da empresa responsável pela execução do serviço sobre a sua atuação, que apresentou as seguintes informações:

- o concreto foi produzido *in loco*, em betoneiras;
- o concreto foi transportado em carrinho de mão;
- o concreto foi lançado de forma direta;
- foram utilizados vibradores de imersão; e,
- a concretagem se deu em dia chuvoso.

**Considerando as informações da empresa executora do serviço, analise cada possível explicação para o problema.**

- I. Os elementos (vigas e pilares) desagregaram por terem sido concretados em dia chuvoso.
- II. As vigas apresentam ninhos de concretagem por terem sido mal vibradas.
- III. Os pilares apresentam concreto desagregado, por terem 3,0 m, uma vez que a concretagem foi feita por lançamento direto.
- IV. O concreto desagregou no transporte, uma vez que se utilizou carrinho de mão.
- V. O problema é diretamente ligado ao fato de ter sido utilizado concreto produzido *in loco*.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) II e III.
- B) II e V.
- C) I, II e III.
- D) I, IV e V.

**Questão 47**

**A NBR 14653-1 define engenharia de avaliações como o conjunto de conhecimentos técnico-científicos especializados, aplicados à avaliação de bens. Conforme estabelecido na NBR 14653, sobre engenharia de avaliações, assinale a afirmativa correta.**

- A) A vistoria é atividade essencial para o processo avaliatório, sendo indispensável sob qualquer hipótese.
- B) Na definição do custo final da avaliação, permite-se adotar um arredondamento de até 1% para o resultado da avaliação, bem como os limites do intervalo de confiança e do campo de arbítrio.
- C) Cabe ao profissional da engenharia de avaliações analisar a legitimidade de documentação jurídica do bem a ser avaliado, bem como realizar estudos e auditorias prévias para o desenvolvimento de sua avaliação.
- D) Nos casos de adoção de situação-paradigma para o processo avaliatório, pode-se adotar um modelo hipotético. É um típico caso a avaliação de imóvel ou empreendimento ainda em fase de projeto ou construção, considerado na condição de pronto, e da avaliação de imóvel cujas benfeitorias foram modificadas ou destruídas.



**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Questão 48**

Na execução de estruturas em concreto armado é necessário um amplo controle tecnológico para evitar o surgimento de estruturas que apresentem patologias. Em relação às estruturas moldadas *in loco*, de acordo com a NBR 14931:2004, analise as afirmativas a seguir.

- I. As formas devem ser preenchidas em camadas de altura compatível com o tipo de adensamento previsto, devendo cada camada lançada ter altura inferior ao comprimento da ponta vibrante dos vibradores de imersão.
- II. A superfície interna das formas deve ser limpa e saturada, devendo-se garantir a estanqueidade das juntas para se evitar a perda da nata de cimento.
- III. O concreto deve ser lançado de forma a mitigar ao máximo a segregação de seus componentes, devendo-se tomar cuidados especiais para o caso de lançamento acima de 2,0 m de altura.
- IV. A ordem de mistura dos materiais para a confecção do concreto não importa, mas é comum primeiro colocar agregado graúdo, seguido de agregado miúdo e cimento, por último a água e aditivos e adições, se houver.
- V. O escoramento das formas deve ser mantido por pelo menos quatorze dias, ou até que os elementos estruturais estejam curados, tendo atingido 75% da resistência requerida no projeto estrutural.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) III, IV e V.
- D) I, II, IV e V.

**Questão 49**

Uma confusão muito comum entre os gestores/fiscais de contrato se dá quanto ao prazo de execução da obra e o prazo de vigência do contrato. Há uma noção errada de que estes prazos devem ser iguais. Na boa prática administrativa, o prazo de vigência do contrato deve ser maior que o previsto para execução da obra. Isto se deve ao fato de que o contrato gera diversas obrigações para as partes, que vão além da execução física da obra propriamente. De acordo com a lei de licitação, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro. Com essas informações, o fiscal pode acompanhar, por meio do Diário de Obra, a efetiva alocação dos recursos humanos e materiais previstos para a execução da obra. Assim, o fiscal poderá atuar, tempestivamente, junto à contratada de forma a mitigar os desvios de execução. Entretanto, mesmo com a atuação tempestiva do gestor/fiscal do contrato, podem ocorrer atrasos em relação ao cronograma planejado. Em relação às causas motivadoras de atraso mais recorrentes, assinale a afirmativa correta.

- A) A alocação de insumos em quantidade inferior à necessária é um típico caso de responsabilidade da administração.
- B) O fato do príncipe é um tipo de atraso de responsabilidade da administração e decorre de mudança na legislação ou nas decisões de órgão público que tragam ônus à execução contratual.

- C) Atrasos decorrentes de ações da natureza como tempestades, terremotos, raios, ciclones etc. e de eventos humanos, como greve ou vandalismo, são de inteira responsabilidade do contratado, que assume o risco no ato do contrato.
- D) São casos típicos de atraso pelo fato do príncipe a demora na liberação de frentes de serviço pela fiscalização, a indefinição em questões dos projetos executivos submetidas à decisão da administração e os licenciamentos de outros órgãos públicos.

**Questão 50**

Obras públicas são aquelas cujo contratante é um órgão do poder público, podendo ter execução direta (o próprio órgão público) ou indireta (contratação de terceiros). Por ser ação de interesse público, as contratações somente podem se dar através do processo de licitação. Licitação é, portanto, o procedimento ao qual a administração pública é obrigada a submeter todo ato de contratação de serviços de naturezas diversas, aquisição de bens e/ou materiais e alienação de bens e/ou materiais, inclusive de obras. A Lei nº 14.133/2021 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De acordo com a nova lei para licitação e contratação (Lei nº 14.133/2021), analise as afirmativas a seguir.

- I. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas, mitigação por condicionantes e compensação ambiental.
- II. As licitações de obras e serviços de engenharia não podem exigir a utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.
- III. As licitações de obras e serviços de engenharia devem exigir avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística e adequação à acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- IV. As licitações de obras e serviços de engenharia devem garantir a proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive exigindo a avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas.
- V. As licitações devem exigir a elaboração do projeto executivo para todas as obras e serviços de engenharia em todos os casos.
- VI. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes: empreitada por preço unitário; empreitada por preço global; empreitada integral; contratação por tarefa; contratação integrada; contratação semi-integrada; e, fornecimento e prestação de serviço associado.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II, V e VI.
- B) I, II, V e VI.
- C) I, III, IV e VI.
- D) I, II, III, IV e V.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS  
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**ATENÇÃO**



**NÃO É PERMITIDA** a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.  
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DISCURSIVA/REDAÇÃO**

**ORIENTAÇÕES GERAIS**

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de texto dissertativo sobre tema da atualidade. Sendo avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- Será desconsiderado, para fins de avaliação, qualquer texto que exceda o máximo de linhas estipulado ou que seja escrito fora do formulário próprio fornecido.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português, que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta, cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor, bem como apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação.
- Por linha efetivamente escrita, entender-se-á a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se proposições, conjunções e artigos.
- A prova discursiva para todos os cargos abrangerá os seguintes itens de avaliação:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Critérios de Avaliação
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações).	6	De 0 a 1,5 – Ruim
		De 1,6 a 3 – Regular
		De 3,1 a 4,5 – Bom
		De 4,6 a 6 – Muito Bom
Coerência e Coesão – CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores).	6	De 0 a 1,5 – Ruim
		De 1,6 a 3 – Regular
		De 3,1 a 4,5 – Bom
		De 4,6 a 6 – Muito Bom
Morfossintaxe – M (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome).	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia – PO.	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
<b>Valor total da Prova</b>		<b>20 pontos</b>

**Texto I**

**Segurança na internet: como agir para prevenir que crianças e adolescentes sejam vítimas de crimes virtuais?**

Antes mesmo do início da pandemia de Covid-19 e do isolamento social, crianças e adolescentes já utilizavam diariamente aparelhos eletrônicos com livre acesso à *internet* e, conseqüentemente, às redes sociais. Após o início da pandemia, esse uso passou a ser mais intenso, pois esses ambientes virtuais se tornaram o principal âmbito de socialização e compartilhamento de informações.

Apesar de o artigo 227 da Constituição Federal vigente versar sobre o dever dos familiares, da sociedade e do Estado de assegurar às crianças e adolescentes direitos básicos e colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, o ambiente virtual ainda é um local pouco regulamentado. O cuidado extra que deveria vir das leis deve partir dos familiares, que podem orientar as crianças para um consumo consciente do meio virtual.

*(O povo. 17 de novembro de 2021.)*

# CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Texto II

A geração atual de adolescentes cresceu com a oportunidade de usufruir diretamente da tecnologia que invadiu nossas casas e nossas vidas, principalmente no que tange à comunicação, se tornando de uso obrigatório no dia a dia.

Essa comunicação digital apresenta aspectos positivos e negativos. Ao mesmo tempo em que permite o acesso à informação, também expõe crianças e adolescentes à ação de criminosos na *internet*. Assim, a criação de conteúdo sensível armazenado pelos próprios adolescentes em seus celulares, *smartphones*, *notebooks* e *tablets*, acaba alcançando dimensões inesperadas e desastrosas quando compartilhados na rede.

A Constituição Federal, em seu Art. 5º, inciso X, declara que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”. Entretanto, como reparar esse dano diante de um mecanismo tão poderoso como a *internet*, que pode eternizar o compartilhamento de imagens e vídeos que degradam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem de crianças e adolescentes vítimas de crimes virtuais, ainda mais diante de um terreno sem fronteiras, do ponto de vista tecnológico?

A sociedade e a comunidade possuem o dever de zelar pelo bem-estar e pela integridade física e moral desses jovens. É por isso, que, atualmente, se torna imprescindível a criação de mecanismos e de políticas que visem prevenir e coibir o compartilhamento de conteúdo de caráter sexual e íntimo na *internet*, a fim de evitar desfechos trágicos na vida de crianças e adolescentes.

(GONÇALVES, Priscila de Fátima. Disponível em: <https://www.fdsu.edu.br/arquivos/iniciacao-cientifica/anais-2014/artigos/20.pdf/>.)

## Texto III

### **MPMG alerta: invasão de perfis no Instagram é um dos crimes cibernéticos de maior incidência neste início de 2022**

Um crime cibernético tem chamando a atenção do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) neste início de ano: a invasão de perfis na rede social Instagram. De acordo com levantamento bruto de dados realizado pela Coordenadoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos do MPMG (Coeciber), somente em janeiro de 2022 foram registradas 388 ocorrências de acessos indevidos seguidos de golpes para obtenção de valores no estado de Minas Gerais. Esse número é quase 4 vezes maior do que a média do segundo semestre de 2021, que foi de 104 casos por mês. “Este é um dos golpes cibernéticos de maior incidência neste início de ano”, diz o coordenador da Coeciber, promotor de Justiça Mauro Ellovitch.

(Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/mpmg-alerta-invasao-de-perfis-no-instagram-e-um-dos-crimes-ciberneticos-de-maior-incidencia-neste-inicio-de-2022-8A9480677DC8F680017ED8D030C670F7-00.shtml>.)

## Texto IV



(Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/campanha-nacional-alerta-pais-e-responsaveis-sobre-riscos-para-criancas-e-adolescentes-na-internet-como-pornografia-infantil-e-pedofilia>.)

Considerando os textos apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

**“Prevenção e combate aos crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes”.**



CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS  
DE OFICIAL E ANALISTA DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO





## INSTRUÇÕES

**O uso de máscara durante a realização da prova é facultativo. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.**

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, régua de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material literário ou visual de consulta.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos e 1 (uma) prova discursiva na forma de desenvolvimento de uma redação do tipo dissertativo sobre tema da atualidade.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Folha de Respostas (Gabarito) e na Folha de texto definitivo (prova discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 4h30min (quatro horas e trinta minutos) horas para todas as funções. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Folha de Respostas (Gabarito) e na Folha de texto definitivo (prova discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Folha de Respostas (Gabarito) e a Folha de texto definitivo (prova discursiva) devidamente assinado em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente decorridas 2 (duas) horas do início de realização das provas, contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise feita pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

## RESULTADOS E RECURSOS

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).

- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no *link* correspondente ao Concurso Público.